

TRILHANDO OS CAMINHOS DO MAR: A ESCOLA DE APRENDIZES-MARINHEIROS DA BAHIA E O SEU PAPEL SOCIAL (1910-1945)

Raul Coelho Barreto Neto*

Resumo: *Instituída em 1855, a Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia foi uma das primeiras a serem criadas pela Marinha de Guerra do Brasil, estando sempre sediada na capital, Salvador, até a sua extinção, no ano de 1973. Dentro do contexto da segunda metade do século XIX e primeira do século XX, foi uma das poucas instituições voltadas ao acolhimento, amparo e instrução do jovem de baixa renda no estado, proporcionando aos futuros marujos educação básica, formação cívico-militar, mentalidade marinheira, culto às tradições navais, noções de disciplina e formação técnica necessária para a vida de bordo. Fazendo-se uma outra leitura, pode-se sugerir que servia, à época, como instituição modelo no que diz respeito à aplicação de métodos correccionais e disciplinares aos menores oriundos das classes mais baixas e em situação de risco, transformando-a em verdadeira válvula de escape responsável por amenizar as inúmeras mazelas presentes na sociedade imperial e, posteriormente, na republicana. Ao longo de sua existência, a Escola recebeu milhares de adolescentes, provenientes da capital e do interior – especialmente do Recôncavo Baiano –, e que se entregavam – ou eram entregues por seus familiares e outras instituições – ao duro sistema de internato naval. Este artigo pretende debruçar-se sobre aspectos relacionados às condições de existência destes jovens baianos entre os anos de 1910 e 1945, a exemplo das relações de poder, estratégias de sobrevivência e dos movimentos migratórios que levavam muitos deles a trocar as incertezas de um universo por outro, tão incerto quanto, na grande capital.*

Palavras-chave: História da infância; Relações de poder; Estratégias de sobrevivência.

INTRODUÇÃO

Trilhar os caminhos do mar não parece ter sido missão das mais fáceis para grande parte dos milhares de jovens que passaram pelas salas da extinta Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia ao longo de sua existência. Muito menos para este atizado e inquieto pesquisador que, propenso a marear com certa facilidade, não vivenciou aqueles anos e vos escreve a partir dos dias atuais. Levando-se em consideração as inúmeras influências navais que recebi ao longo da vida, no entanto, debruçar-me sobre um breve período da história desta organização militar da Marinha do Brasil – em especial alguns aspectos relacionados às trajetórias de vários de seus ex-alunos – representa um imenso, porém sempre estimulante desafio.

A história da Escola remonta ao século XIX. Com o advento do Império, fez-se notar, pelas autoridades navais, a ausência de um sentimento nativista no seio da então recém-criada Armada nacional. Vale ressaltar que, pouco tempo antes, durante as lutas pela Independência – em especial aquelas travadas nas águas da Baía de Todos os Santos –, as forças libertadoras de mar haviam sido constituídas, em grande número, por marujos e mercenários estrangeiros. Os almirantes defendiam que a consolidação da nossa soberania política dependia diretamente da necessidade de formação de uma Marinha genuinamente brasileira. Assim, em 1833 foi criado o

* Graduado em Comunicação Social e em História pela Universidade Católica do Salvador e pós-graduado em Comunicação de Massa pela Universidade do Norte de Londres. Atualmente é aluno regular do Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local (Mestrado) da Universidade do Estado da Bahia – Campus V. raulbarretoneto@yahoo.com.br.

chamado Corpo de Imperiais Marinheiros, primeira tentativa de se recrutar menores desvalidos. Sete anos mais tarde, a fim de aperfeiçoar as formas de ingresso na corporação, o Visconde de Albuquerque, ministro da Marinha do recém-estabelecido Segundo Reinado, regulamentaria as Companhias de Aprendizes-Marinheiros Nacionais, embriões das futuras Escolas de Aprendizes-Marinheiros.

Criada em janeiro de 1855, a Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia foi uma das primeiras e, seguramente, uma das mais tradicionais a serem regulamentadas pela Marinha de Guerra, estando sempre sediada em Salvador, capital do estado, nos seus mais de cem anos de atuação (a Escola foi extinta em 1973). Recebeu, ao longo de sua existência, milhares de jovens provenientes da capital e do interior, que se entregavam – ou eram entregues por seus familiares ou outras instituições – ao duro sistema de internato naval. No período estudado, adolescentes cuja faixa etária exigida para o ingresso na instituição ia dos 14 aos 16 anos (as informações sobre os limites de idade são divergentes. Ao que parece, eles variaram ao longo do tempo, assim como o tempo de duração do curso, entre um e dois anos). Dentro do contexto da segunda metade do século XIX e primeira do século XX, foi, a exemplo do Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, da Escola de Aprendizes Artífices da Bahia, da Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim e do Liceu Salesiano da Bahia, uma das poucas instituições – fossem públicas ou privadas –, voltadas ao acolhimento, amparo e instrução do jovem de baixa renda no estado.

Assim como as demais Escolas de Aprendizes-Marinheiros, a da Bahia proporciona aos menores admitidos “educação básica, incluindo a instrução primária necessária para os cursos de especialização, formação cívico-militar, mentalidade marinheira, culto às tradições navais, noção de disciplina e o grau de higidez compatível com as exigências da vida de bordo” (ROCHA, 1985, p. 81). Realizando-se uma leitura mais crítica de sua função social, pode-se sugerir que servia, à época, como instituição modelo no que diz respeito à aplicação de métodos correccionais e disciplinares aos menores oriundos das classes mais baixas e em situação de risco, transformando-a em verdadeira válvula de escape responsável por amenizar as inúmeras mazelas presentes na sociedade imperial e, posteriormente, na republicana.

Este artigo apresenta de forma recortada alguns pontos de um estudo ainda em execução, este essencialmente inspirado em elementos da chamada História Social. Pretende debruçar-se sobre aspectos relacionados às condições de existência destes jovens baianos entre os anos de 1910 e 1945, a exemplo das relações de poder que marcavam suas experiências dentro da Escola, das estratégias de sobrevivência que adotavam – muitas vezes a partir destas relações de poder –, e dos movimentos migratórios que levavam muitos deles a trocar as incertezas de um universo deveras pacato e bucólico por outro, tão incerto quanto, na grande capital.

UM PANORAMA: AS CONDIÇÕES DE EXISTÊNCIA DO MENOR DE BAIXA RENDA NA BAHIA DA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

É certo que o estabelecimento do regime republicano no Brasil foi capaz de promover mudanças institucionais e administrativas nas esferas do poder. Afinal, toda uma estrutura até então existente no Rio de Janeiro – e mesmo em outras grandes cidades do Império, a exemplo de Salvador –, representada pelo centralismo e outros vícios do modelo monárquico, passou a ser substituída, ao mais acelerado ritmo possível, pelos pavilhões positivistas e federalistas de uma nova proposta política para o país. Das mais diversas formas, os momentos mais controversos e envolventes dessa trama estão expostos nas páginas mais tradicionais da nossa historiografia. O que talvez sempre tenha sido palidamente discutido, até bem pouco tempo atrás, são os impactos e desdobramentos trazidos por esta nascente República sob o ponto de vista social. Foi somente a

partir da aceitação acadêmica e do fortalecimento de novas propostas de resgate histórico e de aproximação em relação ao passado – voltadas a objetos de estudo e enfoques temáticos muitas vezes inéditos e amparados em elementos teórico-metodológicos até então pouco convencionais – que, nas últimas décadas, nos tem sido possível, enquanto pesquisadores, nos debruçarmos sobre questões até então tidas como menores e relegadas a um segundo plano. [Neste sentido, vale ressaltar a importância de obras como *A formação da classe operária inglesa*, de E. P. Thompson (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, 3 vols.), um marco no que diz respeito aos novos caminhos e tendências observados no seio da historiografia a partir de meados no século XX].

Sendo assim, o que se propõe através deste estudo é uma tentativa de aproximação com o passado que satisfaça minimamente a uma demanda de conhecimentos há muito reprimida. Com quais cores podemos desenhar, por exemplo, este recém-nascido estado da Bahia enquanto lugar – ou talvez lugar cheio de lugares – efetivamente transformado em relação ao que foi no período dos abundantes engenhos de açúcar? Seria esta nova unidade federativa essencialmente fruto de permanências ou de rupturas? Que papel desempenhou, por exemplo, a Escola de Aprendizes-Marinheiros nas primeiras republicanas, especialmente em termos sociais, nesta possivelmente “regenerada” realidade baiana? De que forma pode-se associar a idéia de progresso e o advento do processo de urbanização à escassez de oportunidades abertas aos adolescentes de baixa renda em termos educacionais e profissionais, bem como aos muitos mecanismos de defesa por estes desenvolvidos a fim de manterem a sua sobrevivência?

De acordo com Walter Fraga, desde os últimos anos do século XIX, “alguns centros urbanos do Recôncavo se destacaram como importantes pólos de atração da população livre a liberta”. Além de Salvador, Santo Amaro, São Felix e Cachoeira [...]” (2006, p. 327). Levando-se em conta, no entanto, a própria dimensão geográfica e a importância política e econômica desempenhada pela grande capital, é sensato pensarmos que a cidade do Salvador tenha se constituído, efetivamente, no maior destes centros de atração. Assim, juntando-se ao elevado número de indivíduos de baixa renda – ou mesmo indigentes desprovidos de qualquer tipo de assistência por parte dos poderes públicos – que já residiam na cidade, os egressos da escravidão rural passaram a engrossar os grupos comumente identificados pelas autoridades e abastados baianos como “classes perigosas”. Neste sentido, tornou-se inadiável para muitos destes setores hegemônicos a implementação de políticas públicas que pudessem aliviar as inúmeras demandas e tensões sociais e sanar uma sociedade “doente”. Dispostos a salvaguardar uma estrutura que os beneficiava e garantia seus privilégios, era necessário “educar” e apaziguar as massas.

Para os republicanos o analfabetismo e a falta de escolas e como conseqüência a existência de um povo inculto, perigoso e inexpressivo eram as principais causas do atraso do país e não conseqüências de uma sociedade excludente. A educação possibilitaria a construção de uma nação civilizada onde o povo brasileiro, afastado das nefastas conseqüências do analfabetismo, da corrupção, dos costumes bárbaros e inferiores, seria inserido num projeto republicano que tinha no ideal de progresso um dogma que se tornou o principal motivo das transformações sociais. [...]. Na verdade, idéias de civilização e progresso veiculadas pelas elites brasileiras, fundamentadas em modelos europeus e norte-americanos, serviram de parâmetros para efetivar um processo de exclusão e controle do povo que trouxe em adjetivações como apático, doente, bárbaro, inculto, feroz, amorfo, a implícita necessidade de tutelamento, por parte das elites, das massas consideradas ameaçadoras (LUZ, 2004, p. 731-733).

A fim de adequadamente cumprir esta política “civilizadora” e “educacional”, a cidade do Salvador não dispunha do número de instituições necessárias – fossem elas públicas ou privadas. Para as crianças, ou seja, aquelas até os 12 anos de idade, a oferta de vagas era reduzida. Para os chamados adolescentes (cuja faixa etária normalmente ia dos 12 aos 18 anos), no entanto, ao que parece, as chances de admissão conseguiam ser ainda menores. Segundo Renato Pinto Venâncio, as Casas dos Expostos, por exemplo, mantidas pelas Santas Casas de Misericórdia, abrigavam menores “até os mesmos completarem sete anos” (2004, p. 196). Ainda que sua colocação diga respeito, em princípio, ao período Imperial, é possível que tal prática tenha sido mantida com o advento da República, em grande parte das instituições de educação e amparo ao menor de baixa renda. A Casa Pia Colégio dos Órfãos de São Joaquim, por sua vez, de acordo com Andréa da Rocha Rodrigues, atendia “prioritariamente meninos com idade entre 9 e 12 anos” (2003, p. 171). Ao completarem a temida idade limite, para muitos menores o futuro tornava-se ainda mais incerto. Dentro deste preocupante processo de afunilamento, invariavelmente surgia o nome da Escola de Aprendizes-Marinheiros como uma das poucas possibilidades de “salvação”, “uma vez que atuava praticamente sozinha” (RODRIGUES, 2003, p. 49).

MARUJOS DE PRIMEIRA VIAGEM: AS MOTIVAÇÕES E AS POSSIBILIDADES DE INGRESSO NA ESCOLA DE APRENDIZES-MARINHEIROS

Foi somente a partir da regulamentação das Companhias de Aprendizes-Marinheiros, em meados do século XIX, que passaram a existir no Brasil instituições inteiramente públicas para menores. Organizações – posteriormente rebatizadas como Escolas – que, ratificando o que já foi exposto, se constituíam como uma referência no que diz respeito à assistência social e também “uma das pouquíssimas alternativas de aprendizado profissional destinada à infância pobre” no país (VENÂNCIO, 2004, p. 199). Partindo-se deste princípio, como se configurava, sob os mais diversos aspectos, o perfil do menor admitido pela Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia na primeira metade do Novecentos, mais precisamente no período compreendido entre os anos de 1910 a 1945? De onde vinham, social e geograficamente falando, estes pequenos e pretensos jovens do mar e quais eram suas percepções e motivações para o ingresso no mundo naval? É na tentativa de aproximar-se destas questões que as próximas linhas são apresentadas.

O recrutamento de praças para o Corpo da Armada, no período entreguerras, era feito, principalmente, através das Escolas de Aprendizes-Marinheiros. Outras formas menos utilizadas de seleção do pessoal se davam através do voluntariado (através da apresentação – espontânea ou não – para alistamento) e do sorteio (direcionado, em geral, aos homens da Marinha Mercante). No que diz respeito ao ingresso via Escolas de Aprendizes – inclusive a da Bahia, alvo deste estudo –, é possível identificar, através da análise de certas fontes, algumas distinções entre as possibilidades de admissão dos adolescentes no final da década de 1910 e início da de 1940, por exemplo. Isso se deve essencialmente em função da adoção, no decorrer deste período, de vários regulamentos que, substituídos em seqüência, melhor se adequassem às novas realidades técnicas e profissionais experimentadas pela Marinha.

Ao que parece, as origens dos menores admitidos pela Escola de Aprendizes da Bahia nos primeiros anos do século XX em muito se assemelhavam àquelas pertinentes às últimas décadas do século anterior. Basicamente, “esse recrutamento incidia sobre três grupos: os enjeitados [...], os enviados pela polícia e os ‘voluntários’ enviados pelos pais ou tutores” (VENÂNCIO, 2004, p. 199). Esta percepção do uso de métodos de seleção ainda pouco criteriosos e sistematizados, aliada à própria experiência vivenciada através da chamada Revolta da Chibata, no ano de 1910, demonstra um grau ainda bastante incipiente de profissionalização da Armada nacional naquela

época. Possivelmente ainda nostalgicamente atrelados à pompa das Esquadras à vela, muitos almirantes ainda não haviam se dado conta das necessidades então emergentes (Sobre as formas de recrutamento empregadas no período monárquico, indico a leitura de NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *A ressaca da marujada: recrutamento e disciplina na Armada Imperial*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001). Perfil bastante semelhante pode ser identificado nos jovens aceitos nas fileiras do Exército Brasileiro. Em 1913, segundo Estevão Leitão de Carvalho, suas principais fontes de recrutamento “eram [...] os nordestinos afugentados pelas secas; [...] os desocupados das grandes cidades que procuravam o serviço militar como emprego; [...] os criminosos mandados pela polícia;” assim como “[...] os inaptos para o trabalho” (CARVALHO, 1914, apud CARVALHO, 2005, p. 20).

Ainda que diversos oficiais – especialmente muitos dos comandantes que passaram pelas Escolas de Aprendizes-Marinheiros – vissem com ressalvas estas formas de admissão pouco criteriosas que muitas vezes eram forçados a aceitar, várias autoridades civis daquele período, talvez como estratégia utilizada a fim de apaziguar a contrariedade destes militares, procuravam exaltar o importante papel social desempenhado pelas mesmas no que diz respeito ao amparo de menores enjeitados e delinquentes. Dentre outros pontos, defendiam a tese de que “os garotos mantidos pelo poder público teriam a pátria como pai e mãe, e os demais combatentes como irmãos; eles formariam os então denominados ‘batalhões da esperança’” (VENÂNCIO, 2004, p. 195), ainda que muitos deles nem tivessem a mais vaga noção do que fosse pátria. Sem dúvida, tratava-se de conceitos que causavam impactos e que, muitas vezes, eram capazes de dobrar as tentativas de rejeição impostas por estas organizações navais. Assim, a Escola de Aprendizes da Bahia, de acordo com as memórias de João Palma Netto, um de seus ex-internos, representava “um lugar certamente bom para quem” era “desprotegido” e “conveniente aos que não” tinham “muitas aspirações e opções [...]” (1984, p. 42).

Para inúmeros adolescentes que tinham o privilégio de gozar da convivência familiar e usufruir de toda uma estrutura material por ela oferecida – por mais simples que fosse –, porém enveredavam por caminhos e comportamentos vistos como indesejados e inadequados por seus pais ou tutores, o encaminhamento para a vida marinheira muitas vezes também representava a última das alternativas. De acordo com Veloso Costa, a Escola de Aprendizes funcionava como

corretora de meninos que precocemente se rebelavam contra as determinações paternas. Quando o adolescente revelava espírito indisciplinado, inclinações más, desvios das boas normas, recebia dos genitores a ameaça de colocá-los na Marinha. E o faziam, obtendo, quase sempre, resultados satisfatórios. Se a Escola de Aprendizes não o corrigia, era considerado irrecuperável, caso perdido. Dizia-se: “nem a Marinha deu jeito” (1987, p. 105).

Foi somente com a institucionalização de novos regulamentos, especialmente a partir das décadas de 1930 e 1940, que as Escolas de Aprendizes-Marinheiros passaram a lançar mão de métodos mais criteriosos para a admissão de menores em seus quadros. Além disso, a abolição definitiva dos castigos físicos – ou pelo menos sua considerável diminuição – nas organizações militares e navios da Marinha de Guerra, bem como as dificuldades de colocação no mercado de trabalho – nos municípios do interior do estado, mas principalmente em sua capital – parecem ter sido fatores consideráveis para o aumento do número de jovens interessados em participar, por livre e espontânea vontade, dos concorridos processos seletivos da Escola de Aprendizes. Dentro deste contexto, as expressões “livre” e “espontânea” talvez devam ser relativizadas para diversas situações. Afinal, é sensato acreditar que a opção pela vida no mar muitas vezes se dava menos por uma questão de vocação do que por uma necessidade socioeconômica. O que muitas vezes se

observava no dia-a-dia da instituição era “centenas de jovens sem disposição, desanimados, irreverentes, sem alma ou fé para viver a vida marinheira; jovens que não queriam nada, como diziam os ‘Velhas Guardas’” (PALMA NETTO, 1984, p. 20). Talvez essa constatação explique o fato de muitos destes adolescentes, ao término do curso, não serem aproveitados pelo Corpo de Marinheiros Nacionais, no qual deveriam prestar um tempo de serviço mínimo de nove anos.

Mesmo para vários aprendizes que se mostravam inicialmente esforçados e minimamente comprometidos com a proposta de vida naval, a descoberta, através das experiências vivenciadas dentro da Escola, de certos princípios até então ocultos da doutrina adotada pela Marinha por vezes acabavam por transformar o entusiasmo e o deslumbramento iniciais por um sentimento de frustração e uma certa acomodação. Possivelmente esta tenha sido a sensação experimentada por Palma Netto, aluno da turma de 1941, diante de determinados vícios e dogmas internos:

Meses depois, já aclimatado, pude me aperceber do que seria a Marinha. [...]. Seríamos, ali, um igual a milhares na maneira de ser e poder. As diferenciações, as habilitações, as qualidades teriam pouquíssima ou nenhuma oportunidade para arrimar quem quer que fosse. Bitolamento. Escutar ordens, fazer o determinado, tudo preestabelecido, sem oportunidade para a desenvoltura de qualquer predicado. Máquinas algumas vezes mais convenientes que as de ferro, porque humanas, obedientes e menos exigentes; que não podiam reclamar, encrencar e quase nada exigiam além de um saco, uma maca, meia dúzia de fardas por ano e, pronto, ei-las em forma para obedecer a um berro de um mandante graduado, até para a morte... (1984, p. 42).

Sob o ponto de vista dos tipos físicos, a Escola de Aprendizes da Bahia, ao que parece, era das mais diversas possíveis. Nela estavam representados “os mais diversos tipos da mescla brasileira: o branco, o mulato, o cafuso, o coriboca, o preto, o loiríssimo” (PALMA NETTO, 1984, p. 49). No entanto, levando-se em conta a relação existente entre a cor da pele e a situação socioeconômica, herança dos tempos da escravidão no estado e em grande parte do Brasil, é possível que, receptora de jovens majoritariamente de baixa renda, suas salas tenham recebido, em maior número, aprendizes negros. Além das poucas fotografias existentes da Escola naquele período, José Murilo de Carvalho, de certa forma, também confirma este dado. Segundo ele, as guarnições das belonaves da Esquadra brasileira apresentavam, nas primeiras décadas do XX, uma composição racial onde 50% de seus homens eram negros, 30% mulatos e 10% brancos ou “quase brancos” (CARVALHO, 2005, p. 20).

Diversas fontes consultadas indicam que muitos destes adolescentes que se apresentavam – ou eram apresentados – à Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia, fossem eles negros ou não, não eram nascidos em Salvador. O jornal *Diário de Notícias*, por exemplo, traz em sua edição de 2 de setembro de 1910 o caso de um menor do município de Santo Amaro enviado à Escola pelo delegado local. O já citado Palma Netto, por sua vez, era um jovem de pele clara oriundo da cidade de Maragogipe, no Recôncavo baiano, de onde, ao que parece, provinha a maior parte dos menores interessados na vida naval. Filho de família estruturada e com alguma condição financeira, desde pequeno preenchia seu imaginário com as viagens e a valentia do “ser marinheiro”. Em relatório elaborado no ano de 1928, o então comandante da Escola, o capitão-tenente Teóphilo de Faria, tece alguns comentários sobre estes alunos. “Convencido de que os melhores aprendizes” eram “os procedentes do interior”, ele chama a atenção para a importância da “realização de excursões por cidades e vilas do interior do estado que pudessem ser boas fontes de voluntariado”, em sua opinião. “Locais que ainda não conheciam a Escola ou que tinham simpatia por ela, de excursões anteriores”, a exemplo de “Mata de São João, São

Sebastião, Santa Amaro” e “Feira de Santana” (Ver o *Relatório Anual dos Serviços da Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia de 1928*, apresentado pelo seu comandante, capitão-tenente Teóphilo de Faria).

DISCIPLINA, PUNIÇÃO E SOBREVIVÊNCIA: POR DENTRO DA ESCOLA DE APRENDIZES-MARINHEIROS DA BAHIA

A utilização de mão-de-obra infantil no meio marítimo – seja em navios de guerra ou não – é algo existente desde o início das chamadas “grandes navegações”, no final do século XV. Por um longo período, este foi um costume mantido por inúmeras Armadas ao redor do planeta, inclusive a brasileira, que somente decidiu pelo fim do recrutamento de menores em meados do XX. A idade mínima atualmente exigida pela Marinha para o ingresso nas Escolas de Aprendizes é de 18 anos e a máxima de 22. Além disso, com a extinção da patente de grumete há algumas décadas, o primeiro degrau da carreira naval, para praças, é o de marinheiro de segunda classe. A Escola da Bahia, assim como todas as demais, deveria seguir regulamentos padrões estabelecidos pela Diretoria do Pessoal da Marinha, organização à época responsável por estas instituições de ensino. Este item final do artigo visa trazer à tona apenas alguns dos muitos aspectos peculiares ao cotidiano interno da Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia entre 1910 e 1945, mais precisamente elementos relacionados à doutrina e à disciplina empregadas pela Armada nacional na formação dos nossos futuros marujos.

Além dos famosos cortes de cabelos, cada um dos adolescentes admitidos na Escola de Aprendizes recebia um número, o qual passaria a identificá-lo por todo o período do curso. Em geral, a conduta e a disciplina cobradas dos aprendizes pelos seus superiores eram semelhantes àquelas exigidas no mar. Era como se a Escola nada mais fosse do que um navio fundeado. Para a Marinha, logicamente preocupada com a qualidade dos jovens que ingressavam na corporação, o cumprimento de regras como essa era de importância imprescindível. Em linhas gerais, a rotina dos internos se constituía da seguinte forma: alvorada às cinco horas da manhã, higiene, rancho (café), ginástica (meia hora de sueca e banho de mar), formação por divisões em frente ao prédio principal da Escola, divisão e execução de tarefas e faxinas, rancho mais elaborado às 7h30, descanso, parada militar, transmissão de ordens pelo Comando às oito da manhã e hasteamento do pavilhão nacional. Em seguida era efetuada a distribuição por sala de aula, sendo três delas ministradas pela manhã. No período da tarde, ocorriam as chamadas aulas técnicas voltadas às especialidades de sinais, artilharia, máquinas, manobras, torpedos e outras. Às dezesseis horas era tocado o “volta às aulas”. Às 17h30 se iniciavam as atividades esportivas, seguidas do banho, rancho, e da banca de estudos até as 20h45. Ao final do dia, tomavam chá mate e seguiam para o dormitório (Sobre a rotina dos aprendizes, ver PALMA NETTO, 1984, p. 40).

Além do ensino primário elementar – também conhecido como curso de primeiras letras –, os menores recebiam aulas de educação cívica – quando, ao que parece, eram bombardeados pela maior parte dos doutrinamentos militares –, ensino técnico profissional voltado à formação marinheira propriamente dita, e o chamado ensino acessório – incluindo aulas de música, banda marcial, ginástica, natação, escaleres, infantaria e esgrima. Os professores eram todos civis e do sexo masculino. Profissionais normalistas e normais licenciados. Mestres de música, de ginástica e sargentos instrutores ficavam encarregados das outras áreas do processo de formação. Quanto aos comandantes que passaram pela Escola, estes eram, em sua grande maioria, oficiais de baixa patente e, de acordo com as fontes, poucos eram os momentos em que mantinham contato direto com seus aprendizes, dedicando a maior parte do tempo a assuntos administrativos. Os outros poucos oficiais que serviam na instituição desempenhavam funções igualmente burocráticas (é

possível constatar, inclusive, em vários momentos, a vacância destes postos), estando os menores sob a responsabilidade direta dos seus professores e instrutores durante a maior parte do tempo.

Sobre as condições de funcionamento da Escola, os relatórios dos seus comandantes são unânimes em apontar inúmeras falhas estruturais e de provisionamento decorrentes em função, principalmente, das graves carências financeiras enfrentadas pela instituição. No ano de 1929, por exemplo, o capitão-tenente Raul Dantas chamava a atenção dos seus superiores, sediados no Rio de Janeiro, para a impressionante fragilidade da infra-estrutura da Escola. Aliado a isso, alertava para a péssima alimentação dos aprendizes – o que, segundo ele, estava diretamente relacionado ao elevado número de casos de tuberculose naquele ano –, sendo que, carentes até mesmo de itens básicos como talheres, muitos menores comiam o seu “rancho” com as próprias mãos. Além disso, as gripes e as pneumonias eram freqüentes no inverno, muito em decorrência das infiltrações e goteiras que atingiam a edificação onde funcionava a Escola. Diante de tantos problemas a serem resolvidos, são insistentes as súplicas e apelos por aumento nos orçamentos destinados à Escola nestes documentos, porém, ao que parece, estes dificilmente eram atendidos (Para uma percepção geral das condições de funcionamento da Escola, ver o *Relatório Anual dos Serviços da Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia de 1929*, apresentado pelo seu comandante, capitão-tenente Raul Dantas).

No que diz respeito à manutenção da “ordem” e da “disciplina” no ambiente da Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia, pode-se destacar a existência de duas categorias de problemas que permanentemente a ameaçava: uma interna e outra externa. Das grades para dentro, talvez o que mais preocupava os seus comandantes fosse a própria conduta dos internos. Afinal, de forma interessante, o ambiente congregava trajetórias de vida que, ainda que possuíssem semelhanças, eram distintas. Renato Pinto Venâncio, inclusive, chama a atenção para este convívio de menores carentes com delinqüentes – fenômeno talvez mais presente nas primeiras décadas do século XX –, o que ele classifica como uma “prática institucional perversa” (VENÂNCIO, 2004, p. 198). Neste sentido, sobre as nuances e peculiaridades das relações desenvolvidas entre os aprendizes e entre estes e seus superiores, talvez as fontes mais reveladoras sejam os chamados “Livros de Castigo de Aprendiz” da Escola. Neles estão minuciosamente registradas – por mais simples e aparentemente esdrúxulas que pudessem ser muitas delas – todas as ocorrências de indisciplina envolvendo os adolescentes e que puderam ser flagradas pelos seus superiores, a exemplo de banhos de mar fora do horário estabelecido ou ausências injustificadas nas aulas. Por outro lado, as páginas destes documentos também trazem, por diversas vezes, anotações que dizem respeito a contravenções mais graves como agressões físicas e outros comportamentos “indesejados”. (Nas pesquisas realizadas no Serviço de Documentação da Marinha, no Rio de Janeiro, apenas três edições dos chamados Livros de Castigo de Aprendiz foram encontrados, sendo todas elas referentes ao final da década de 1930 e início da de 1940). Lançando o nosso olhar investigativo ao passado, parece-nos tarefa das mais complicadas tentar compreender os sentimentos e razões que muitas vezes levavam certos aprendizes a transgredir os padrões de comportamento estabelecidos. Na tentativa de elucidar a questão, mais uma vez recorremos a João Palma Netto, que nos dá o seu parecer sobre as vivências por ele experimentadas no tempo em que passou na instituição. Em suas memórias, ele tem “por certo” que,

no trato e no mando com uma coletividade como a Escola, o que determinava a gaiatice, a desobediência, a resistência passiva, o pouco caso, a falta de respeito dos aprendizes para com os superiores era muito menos a índole daqueles que o exagero, a falta de sendo de justiça, a vingança, a incapacidade destes (1984, p. 48).

Sobre os artifícios de doutrinação internos aplicados pelos superiores aos adolescentes, talvez o caso que mais nos gere reflexões diga respeito à queima de exemplares de obras tidas à época como “perigosas” à juventude brasileira, inclusive aos aprendizes de marinheiros lotados na Bahia. Levando-se em conta a posição ideológica do Estado Novo – claramente próxima ao ideário nazi-fascista –, a execração pública de autores tidos como “comunistas” era um tipo de espetáculo talvez mais comum do que se imagina. Dessa forma, diante do prédio da Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia, no dia 19 de novembro de 1937, e sob a supervisão do então comandante da Escola, capitão-de-corbete Garcia D’Ávila Pires de Carvalho e Albuquerque, nada menos que 1.827 livros foram destruídos, sendo destes 808 exemplares de *Capitães da areia*, de Jorge Amado, e tantos outros de José Lins do Rego. As obras haviam sido apreendidas dias antes nas livrarias Editora Bahiana, Catilina e Souza por membros da chamada Comissão de Buscas e Apreensões de Livros (o episódio é detalhadamente narrado pelo *Estado da Bahia*. Salvador, 17 dez. 1937).

Já em relação ao ambiente externo, ao que parece, as inquietações dos oficiais giravam em torno, principalmente, da vizinhança próxima à Escola de Aprendizes. Afinal, “as freguesias voltadas para o mar, como a Conceição da Praia”, onde se localizava a instituição, “eram consideradas locais de grande concentração de vadios, mesmo porque nelas comumente ficavam marinheiros e carregadores do porto, desempregados ou à espera de embarcações” (FRAGA FILHO, 1996, p. 87). No relatório de serviços de 1931, o então comandante da Escola, o capitão-tenente Raul de Santiago Dantas, faz referência depreciativa ao Mercado Modelo, para ele local onde então só reinava “a flor da malandragem, sempre pronta a vir palestrar com os aprendizes pelas grades do estabelecimento”. Como solução, propunha a construção de um muro em substituição ao gradil existente e que pouco servia no sentido de manter os internos afastados daquilo o que ele chama de “malandragem”, incluindo, possivelmente, a jogatina, a bebedeira e a prostituição. Em dado momento, inclusive, o comandante faz um alerta para os 13 casos de sífilis – doença sexualmente transmissível, como se sabe – envolvendo menores e ocorridos naquele ano (*Relatório Anual dos Serviços da Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia de 1931*, apresentado pelo seu comandante, capitão-tenente Jorge da Silva Leite).

O contato com aquilo que, para a Marinha de Guerra, era abertamente classificado como “maus exemplos mundanos” era, entretanto, muitas vezes algo inevitável. Ainda que o curso – que, em geral, tinha a duração de um a dois anos, a depender da época a ser considerada – tivesse caráter de internato, os aprendizes gozavam de uma folga semanal aos finais de semana, devendo regressar à Escola impreterivelmente até as 23 horas do domingo. No entanto, muitos excediam essa licença fazendo com que, por exemplo, no início da década de 1940, os sargentos partissem “à caça” destes menores pegos “fumando, pendurados nos estribos dos bondes, e queijando, para trazê-los presos para a Escola” (PALMA NETTO, 1984, p. 39). Não raro, as confusões e brigas com outros grupos – inclusive com a polícia – também faziam parte das peripécias externas dos adolescentes aprendizes.

Certa vez, quando demoliram as edificações que ocupavam a área que constitui hoje o Largo da Sé, surgiu um barulho, desses muito comuns entre militares de corporações diferentes. Esses barulhos começam por insignificância e deslocam, em seguida, o brio de todos os componentes das corporações. Há ataques covardes de ambas as partes, consumados por turmas que lincham um ou dois desgarrados da turma contrária. Hoje, com a adoção do serviço de escoltas estão rareando esses pegos. O barulho era com soldados da força pública estadual. (PALMA NETTO, 1984, p. 50).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que diz respeito ao papel social da hoje extinta Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia e sobre as trajetórias e experiências de alguns daqueles sujeitos históricos que passaram por suas dependências na primeira metade do século XX, este artigo se propôs a trazer alguns elementos introdutórios de um estudo ainda em fase de execução. É certo que, à medida que outras fontes forem analisadas e dados forem sendo cruzados, inúmeros outros aspectos e episódios a respeito do objeto de pesquisa virão à tona. As entrevistas realizadas com alguns dos ex-alunos poderão, por exemplo, fornecer maiores subsídios a fim de melhor compreender os bastidores da Escola, bem como outros aspectos ainda pouco visíveis.

O que se pode por hora perceber é que, no que diz respeito ao modelo doutrinário e disciplinador da Marinha de Guerra do Brasil, este pouco parece ter sofrido alterações no espaço de tempo estudado (1910-1945). Neste sentido, somente a partir da Segunda Guerra Mundial foi que, especialmente com a convivência com os marinheiros estadunidenses, passou-se a observar mudanças neste panorama. Sobre a questão, algumas fontes são capazes de nos levar a pensar neste sentido, a exemplo da própria obra memorialista de João Palma Netto que, de tão singular, acabou sendo exageradamente citada neste texto. Ele nos coloca pontualmente que foi a partir do conflito que passaram a ser observadas, no âmbito da Armada nacional, “mudanças estruturais” que diziam respeito à “relações mais justas e democráticas” dentro da hierarquia naval, direito a estudar, promoções por capacidade, o fim dos intermináveis nove anos de serviço obrigatório e o tão nobre direito de constituir família (1984, p. 23).

Ao que parece, diante das mais variadas e incontáveis moléstias e carências sociais que podem ser identificadas à época, a Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia, talvez mais do que simplesmente um centro preparatório de futuros marujos a serviço da Marinha, representou para muitos jovens baianos uma das poucas possibilidades concretas de construir suas trajetórias de vida a partir do mundo que se apresentava aos seus olhos, muitas vezes injusto e inexplicável. Fossem eles órfãos ou não; negros ou não; soteropolitanos ou não, a salvação parecia visível nas águas da Baía de Todos os Santos. A partir deste mar, poderiam talvez passar a trilhar o caminho de outros, ainda que a busca pela sobrevivência muitas vezes deixasse clara para eles mesmos e seus superiores a ausência de uma verdadeira vocação marinheira.

FONTES PRIMÁRIAS

Jornais

Diário de Notícias. Salvador, 2 set. 1910.

Estado da Bahia. Salvador, 17 dez. 1937.

Documentos

Livro de Castigo de Aprendiz de 1938/1939 da Escola da Aprendizes-Marinheiros da Bahia.

Livro de Castigo de Aprendiz de 1939/1940 da Escola da Aprendizes-Marinheiros da Bahia.

Livro de Castigo de Aprendiz de 1940-1941 da Escola da Aprendizes-Marinheiros da Bahia.

Relatório Anual dos Serviços da Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia de 1928, apresentado pelo seu comandante, capitão-tenente Teófilo de Faria.

Relatório Anual dos Serviços da Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia de 1929, apresentado pelo seu comandante, capitão-tenente Raul de Santiago Dantas.

Relatório Anual dos Serviços da Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia de 1931, apresentado pelo seu comandante, capitão-tenente Jorge da Silva Leite.

FONTES BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política do Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

COSTA, Veloso. “Escola de Aprendizes Marinheiros de Pernambuco” In: *A Marinha em Pernambuco*. Recife: FUNDARPE, 1987, pp. 103-112.

FRAGA FILHO, Walter. “Outros itinerários de libertos no pós-abolição”. In: *Encruzilhadas da liberdade*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006, pp. 311-346.

_____. *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX*. São Paulo/ Salvador: Hucitec/ EDUFBA, 1996.

LUZ, José Augusto Ramos da. “Educação, progresso e disciplina na Salvador republicana: a criança como ponto de partida”. In: *Anais do V Congresso de História da Bahia*. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia; Bahiatursa; Fundação Gregório de Mattos, 2004, pp. 731-740.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *A ressaca da marujada: recrutamento e disciplina na Armada Imperial*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

PALMA NETTO, João. *CS-4 caça submarinos Gurupá: memórias de um marinheiro*. Salvador: Jubiabá, 1984.

ROCHA, Álvaro de Rezende; MARTINS, Helio Leôncio; CAMINHA, Erick Marques et al. “A Marinha brasileira no período entre as Guerras (1918-1942)”. In: *História Naval Brasileira*. v. 5, t. 2. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1985, pp. 13-254.

RODRIGUES, Andréa da Rocha. *A infância esquecida: Salvador 1900-1940*. Salvador, EDUFBA, 2003.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, 3 Vols.

VENÂNCIO, Renato Pinto. “Os Aprendizes da Guerra”. In: PRIORE, Mary Del (org). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004, pp. 192-199.